

Diplomas Legais

[Aviso n.º 234/2020 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, publicado no Diário da República n.º 4/2020, Série II de 7 de dezembro](#) – Constituição da comissão consultiva da primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Mogadouro.

[Despacho n.º 203-A/2020, do Ministro da Educação, publicado no Diário da República n.º 4/2020, 1.º Suplemento, Série II de 7 de janeiro](#) que torna pública a homologação da lista nominativa de trabalhadores com vínculo de emprego público que exercem funções nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede escolar pública do Ministério da Educação e que transitam para o mapa de pessoal dos Municípios.

Mais determina, um período transitório, até 31 de março de 2020, durante o qual poderão ser adotadas medidas de faseamento necessárias a garantir a transferência de competências para os órgãos municipais do domínio da educação.

No Anexo ao Despacho consta a lista nominativa dos trabalhadores que transitam para os Municípios de Alfândega da Fé, Baião, Boticas, Caminha, Felgueiras, Gondomar, Macedo de Cavaleiros, Mesão Frio, Monção, Peso da Régua, Sabrosa, São João da Pesqueira, Valongo, Viana do Castelo, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vizela, o que perfaz um total de 17 Municípios, na Região do Norte.

O pessoal transferido em mobilidade para o município de Matosinhos, nos termos do contrato interadministrativo celebrado entre o Ministério da Educação e aquele Município, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, consolida definitivamente e os trabalhadores passam a integrar o respetivo mapa de pessoal, conforme dispõe o n.º 2 do referido Despacho.

Os trabalhadores transferidos ao abrigo dos contratos de execução celebrados, nos termos do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, passam também a integrar os mapas de pessoal dos seguintes Municípios: Baião, Felgueiras, Freixo de Espada à Cinta, Gondomar, Matosinhos, Melgaço, Monção, Murça, Paredes de Coura, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tarouca, Valença, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira e Vizela.

Produção de efeitos: 1 de janeiro de 2020.

[Aviso n.º 284/2020, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, publicado no Diário da República n.º 5/2020, Série II de 8 de janeiro](#) - Constituição da comissão consultiva da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Baião.

[Acordo n.º I-A/2020, publicado no Diário da República n.º 5/2020, 1.º Suplemento, Série II de 8 de janeiro](#) - Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica de Penafiel Sul, celebrado entre o Ministério da Educação e Município de Penafiel.

[Acordo n.º I-B/2020 publicado no Diário da República n.º 5/2020, 1.º Suplemento, Série II de 8 de janeiro](#) - Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária Joaquim de Araújo, Penafiel, celebrado Ministério da Educação e Município de Penafiel.

Decreto-Lei n.º 1/2020, de 9 de janeiro que cria o direito real de habitação duradoura (DHD), que permite que uma ou mais pessoas residam de forma permanente e vitalícia numa habitação,

mediante o pagamento ao proprietário de uma caução inicial e de uma prestação mensal, sendo uma alternativa às soluções de aquisição de habitação própria ou de arrendamento habitacional.

Entrada em vigor: 10 de janeiro de 2020.

Aviso n.º 366/2020 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E., publicado no Diário da República, II Série, n.º 6 de 9 de janeiro que, fixa a taxa dos juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado e outras entidades públicas em 4,786%, em cumprimento do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 73/99, de 16 de março.

Produção de efeitos: desde o dia 1 de janeiro de 2020, inclusive.

Aviso n.º 365/2020 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E., publicado no Diário da República, II Série, n.º 6 de 9 de janeiro de 2020 que informa para o ano económico de 2020, que os valores mensais destinados ao pagamento dos vencimentos e subsídios referentes aos vários ministérios e organismos e serviços com autonomia administrativa e financeira não poderão sair da Tesouraria Central do Estado antes das datas indicadas.

Anúncio n.º 4/2020, da Direção-Geral do Património Cultural, publicado no Diário da República n.º 6/2020, Série II de 9 de janeiro que torna público o Projeto de decisão relativo à classificação como monumento de interesse nacional, com a designação de monumento nacional (MN), do Edifício da Alfândega Nova, incluindo o guindaste exterior, na Rua Nova da Alfândega, Porto, União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, concelho e distrito do Porto.

A consulta pública tem a duração de 30 dias úteis, devendo as observações dos interessados ser apresentadas junto da Direção regional de Cultura do Norte - DRCN, que se pronuncia num prazo de 15 dias úteis.

Despacho n.º 337/2020, do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, publicado no Diário da República n.º 7/2020, Série II de 10 de janeiro - Nomeação da comissão administrativa da freguesia de Mindelo, município de Vila do Conde.

Despacho n.º 347/2020 da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, publicado no Diário da República n.º 7/2020, Série II de 10 de janeiro que aprova o Regulamento de Frequência do Programa de Capacitação Avançada para Trabalhadores em Funções Públicas.

Produção de feitos: 11 de janeiro de 2020.

Portaria n.º 3/2020, de 13 de janeiro que fixa em € 492,00 o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2020.

Portaria n.º 4/2020, de 13 de janeiro que altera a Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro, que regula a tramitação eletrónica dos processos nos tribunais administrativos de círculo, nos tribunais tributários, nos tribunais centrais administrativos e no Supremo Tribunal Administrativo.

Entrada em vigor: 14 de janeiro de 2020, à exceção da nova redação dos artigos 10.º-A e 24.º-B da Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro, que entra em vigor no dia 1 de abril de 2020.

Lei n.º 1/2020, de 14 de janeiro que procede à prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, da vigência do observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional, criado pela Lei n.º 56/2018, de 20 de agosto.

Decreto-Lei n.º 2/2020, de 14 de janeiro que altera o Regulamento da Matrícula, o Código da Estrada e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir.

Entrada em vigor: 15 de janeiro de 2020.

Despacho n.º 462/2020 do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e da Ministra da Coesão Territorial, publicado no Diário da República n.º 9/2020, Série II de 14 de janeiro – Subdelega no presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Fernando José Guimarães Freire de Sousa, a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito do procedimento de aquisição de serviços de remoção de resíduos perigosos remanescentes depositados, em 2001 e 2002, nas escombrelas das antigas minas de carvão de São Pedro da Cova, em Gondomar, e o seu encaminhamento para o destino final adequado às características dos resíduos, incluindo a competência para a aprovação da minuta e a outorga do respetivo contrato.

Produção de efeitos: 14 de janeiro de 2020, ficando expressamente ratificados todos os atos praticados pelo subdelegado no âmbito do mesmo.

Aviso (extrato) n.º 612/2020, do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., publicado no Diário da República n.º 9/2020, Série II de 14 de janeiro que fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Resolução da Assembleia da República n.º 4/2020, publicada no Diário da República n.º 10/2020, Série I de 15 de janeiro - Recomenda ao Governo que promova, no âmbito da estratégia a apresentar à União Europeia com referência ao próximo quadro financeiro plurianual, a introdução de uma linha que torne elegíveis as operações de remoção de amianto em edifícios públicos.

Despacho n.º 623/2020, da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, publicado no Diário da República n.º 12/2020, Série II de 17 de janeiro que delega no Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, Jorge Manuel do Nascimento Botelho, com faculdade de subdelegação, os seguintes poderes:

- a) De direção sobre a Direção-Geral das Autarquias Locais, previstas na alínea d) do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 169 -B/2019, nomeadamente as competências relativas a todas as matérias e à prática de todos os atos que lhe dizem respeito, incluindo as comissões, conselhos, estruturas de missão e quaisquer outras estruturas de idêntica natureza cujo objeto se integre no âmbito das suas missões e atribuições;
- b) De direção sobre a Inspeção-Geral das Finanças, previstas no n.º 8 do artigo 17.º e no n.º 8 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 169 -B/2019, no âmbito do exercício da tutela inspetiva sobre as autarquias locais, as demais formas de organização territorial autárquica e o setor empresarial local;

- c) De direção sobre a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, previstas no n.º 7 do artigo 21.º, n.º 5 do artigo 28.º e n.º 5 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 169 -B/2019, no âmbito do exercício da tutela inspetiva sobre as autarquias locais, as demais formas de organização territorial autárquica e o setor empresarial local;
- d) De direção sobre as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, previstas no n.º 8 do artigo 21.º e no n.º 3 do artigo 30.º ambos do Decreto -Lei n.º 169 -B/2019, no âmbito da relação com as autarquias locais;
- e) De superintendência e tutela sobre o Fundo de Apoio Municipal, prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 169 -B/2019;
- f) Resultantes do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua versão atual, bem como as competências previstas no Decreto -Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, na sua versão atual, no que respeita às expropriações e à constituição de servidões requeridas pelas autarquias locais, assim como aos pedidos de reversão requeridos por particulares expropriados por autarquias locais;
- g) Respeitantes à marcação do dia de realização das eleições intercalares para os órgãos das autarquias locais, previstas no n.º 2 do artigo 222.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, na sua versão atual;
- h) Previstas na Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 208/2013, de 26 de junho, conjugada com o disposto no Decreto -Lei n.º 193/2015, de 14 de setembro, para efeitos de certificação das autarquias locais e respetivas associações, entidades intermunicipais e entidades do setor empresarial local.

Produção de efeitos: 26 de outubro de 2019, ficando ratificados todos os atos que, desde essa data, tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora delegados.

[Despacho n.º 821/2020 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, publicado no Diário da República n.º 14/2020, Série II de 21 de janeiro](#) - Delegação de competências na vice-presidente Prof.ª Doutora Ester Maria dos Reis Gomes da Silva e na vice-presidente Dr.ª Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos.

Produção de efeitos: 16 de dezembro de 2019.

[Despacho n.º 834-A/2020 da Ministra da Coesão Territorial, publicado no Diário da República n.º 14/2020, 1º Suplemento, Série II de 21 de janeiro](#) - Designa, em regime de substituição, a licenciada Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa para exercer o cargo de presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Produção de efeitos: 16 de janeiro de 2020.

[Despacho n.º 785/2020 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais publicado no Diário da República n.º 14/2020, Série II de 21 de janeiro](#) que aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2020.

Entrada em vigor: 22 de janeiro de 2020.

[Portaria n.º 16/2020, de 23 de janeiro](#) que fixa os valores das taxas devidas no âmbito dos procedimentos administrativos relativos à atividade de autoconsumo e às Comunidades de Energia Renovável (CER).

Entrada em vigor: 24 de janeiro de 2020.

Mapa Oficial n.º 1/2020, da Comissão Nacional de Eleições, publicado no Diário da República n.º 16/2020, Série I de 23 de janeiro que torna público o Mapa oficial com os resultados da eleição e nome dos candidatos eleitos para a Assembleia de Freguesia de Caniçada e Soengas (Vieira do Minho/Braga), de 12 de janeiro de 2020.

Resolução n.º 3/2019 do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República n.º 16/2020, Série II de 23 de janeiro - Prestação de contas relativas ao ano de 2019 e gerências partidas de 2020.

Despacho n.º 1048-A/2020, Secretários de Estado do Orçamento, da Descentralização e da Administração Local, da Mobilidade e das Infraestruturas, publicado no Diário da República n.º 16/2020, 2º Suplemento, Série II de 23 de janeiro que determina os fatores de distribuição das verbas do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) pelas áreas metropolitanas (AM) e pelas comunidades intermunicipais (CIM).

Entrada em vigor: 24 de janeiro de 2020.

Despacho n.º 1117-B/2020, da Ministra da Agricultura, publicado no Diário da República n.º 17/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020 de 24 de janeiro que reconhece como «fenómeno climático adverso», nos termos da alínea d) do artigo 3.º e para os efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, alterada pelas Portarias n.ºs 56/2016, de 28 de março, 223 -A/2017, de 21 de julho, 260 -A/2017, de 23 de agosto, 9/2018, de 5 de janeiro, 46/2018, de 18 de fevereiro, 204/2018, de 11 de julho, 232 -B/2018, de 20 de agosto, e 303/2018, de 26 de novembro, as tempestades Daniel, Elsa e Fabien, que atingiram entre os dias 15 e 22 de dezembro de 2019 as freguesias do Norte e Centro do país indicadas.

Entrada em vigor: 25 de janeiro de 2020.

Aviso n.º 1345/2020, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, publicado no Diário da República n.º 18/2020, Série II de 27 de janeiro - Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município da Póvoa de Varzim.

Produção de efeitos: 28 de janeiro de 2020.

Portaria n.º 23/2020, de 29 de janeiro que procede à alteração à Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio que estabelece os procedimentos da avaliação de situações a submeter ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado.

Determina-se a participação de um representante do membro do governo responsável pela área da Administração Pública nas Comissões de Avaliação Bipartidas (CAB); a constituição de uma Comissão Coordenadora com competência para apreciar na generalidade as questões que sejam comuns a duas ou mais Comissões, podendo emitir diretivas sobre as mesmas; bem como a submissão dos pareceres da CAB a homologação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, da Administração Pública, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da respetiva área governativa.

Entrada em vigor: 30 de janeiro de 2020

Portaria n.º 101/2020 da Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural publicada no Diário da República n.º 20/2020, Série II de 29 de janeiro que classifica como monumento de interesse público o Teatro Sá da Bandeira, na Rua de Sá da Bandeira, 94 a 108, Porto, União das Freguesias de Cedofeita, Miragaia, Santo Ildefonso, São Nicolau, Sé e Vitória, concelho e distrito do Porto.

Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro, que atualiza o valor do indexante dos apoios sociais (IAS) em 2020 para € 438,81.

Produção de efeitos: 1 de janeiro de 2020.

Portaria n.º 28/2020, de 31 de janeiro, que procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2020.

Produção de efeitos: 1 de janeiro de 2020.

Portaria n.º 29/2020, de 31 de janeiro, que estabelece a atualização dos valores do complemento extraordinário das pensões de mínimos de invalidez e velhice do regime geral de segurança social, do regime especial das atividades agrícolas, do regime não contributivo e regimes equiparados e dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas, bem como das pensões de mínimos de aposentação, reforma e sobrevivência do regime de proteção social convergente, para 2020.

Produção de efeitos: 1 de janeiro de 2020.

Portaria n.º 30/2020, de 31 de janeiro, que estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2021.

Produção de efeitos: 1 de janeiro de 2020.

Aviso n.º 1780/2020, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, publicado no Diário da República n.º 23/2020, Série II de 3 de fevereiro - Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Amares.

Produção de efeitos: 4 de fevereiro de 2020.

Aviso n.º 1781/2020 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, publicado no Diário da República n.º 23/2020, Série II de 3 de fevereiro - Comissão Consultiva da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Arcos de Valdevez.

Produção de efeitos: 4 de fevereiro de 2020.